

# POLÍTICAS SEXUAIS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO BRASIL: SITUANDO ESTUDOS SOBRE SEXUALIDADE E SUAS CONEXÕES<sup>1</sup>

**Regina Facchini\***  
**Marcelo Daniliauskas\*\***  
**Ana Cláudia Pilon\*\*\***

As últimas décadas assistiram a um crescimento da preocupação com questões relacionadas a gênero e a sexualidade, abrangendo não apenas o campo das políticas públicas e dos movimentos sociais como também o âmbito acadêmico (AQUINO *et al*, 2002; VANCE, 1995; PISCITELLI *et al*, 2004). Este artigo busca recuperar um pouco dessa trajetória, especialmente no que diz respeito aos estudos envolvendo gênero e sexualidade, sem deixar, porém, de traçar as conexões com o contexto político mais amplo em que tais estudos se inserem<sup>2</sup>.

No âmbito internacional, temos como marco a declaração do ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Os anos 1990 caracterizaram-se pela legitimação das temáticas de gênero e de sexualidade nos fóruns internacionais promovidos pela ONU. O processo de construção e legitimação da noção de “direitos sexuais”<sup>3</sup>, iniciado na primeira metade dessa década, cumpre um importante papel na inserção da sexualidade na agenda política internacional.

No cenário nacional, os canais de interlocução entre Estado e movimentos de mulheres e feministas, bem como as primeiras políticas focalizadas para mulheres surgem a partir do início dos anos 1980, aprofundando-

---

\* Doutora em Ciências Sociais. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Antropologia Social, todos da UNICAMP. Contato: re.facchini@gmail.com.

\*\* Doutorando em Sociologia da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Contato: [marcelod@usp.br](mailto:marcelod@usp.br).

\*\*\* Estudante de graduação em Ciências Sociais e bolsista do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, apoiada pelo SAE/UNICAMP. Contato: [anaclaudia\\_pilon@yahoo.com.br](mailto:anaclaudia_pilon@yahoo.com.br).

se um processo de participação do movimento social na formulação, na implementação e no controle de políticas públicas<sup>4</sup> (FARAH, 2004). Processos igualmente complexos, envolvendo uma gama diversa de atores políticos em âmbitos nacional e internacional, desenvolveram-se em relação a outros sujeitos políticos ou *segmentos populacionais* a partir dos anos 1990. Assim, vemos surgir na agenda política brasileira as primeiras referências ao que, no início deste século, seriam as *ações afirmativas* com foco na redução das desigualdades de gênero, no combate ao racismo e à homofobia e nas políticas de juventude.

Além da agenda política internacional e da pressão dos movimentos sociais, outras mudanças sociais, demográficas e epidemiológicas estão relacionadas ao maior interesse por questões associadas a gênero e sexualidade no contexto brasileiro das últimas décadas (AQUINO *et al*, 2002). Nessa direção, assuntos como a queda da taxa de fecundidade, o crescimento da população idosa e a epidemia do HIV/AIDS têm tido um impacto fundamental. Num primeiro momento, o interesse por essas temáticas se volta basicamente para itens relacionados à saúde, no caso de LGBT, e ao combate à violência, no caso das mulheres. No entanto, aos poucos vão sendo incorporadas outras dimensões dos direitos humanos, o que é fundamental para o tema tratado aqui.

O objetivo deste artigo é situar contextos e atores sociais que permeiam a trajetória dos estudos relacionados à sexualidade no Brasil, traçando conexões com processos políticos e sociais mais abrangentes, especialmente no que concerne às dinâmicas do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e às políticas a ele direcionadas, destacando suas conexões com os estudos sobre mulheres, gênero e feminismos. O texto está dividido em duas partes. Na primeira, procuramos delinear o contexto político relacionado ao movimento LGBT e suas conexões, em especial as que dizem respeito ao Estado e a atores ligados à produção de conhecimento científico. Na segunda, buscamos: 1) situar os estudos de sexualidade a partir de um olhar para seu desenvolvimento em âmbito internacional, com foco, sobretudo, na relação entre tais estudos e aqueles direcionados a mulheres, gênero e feminismos; 2) lançar um olhar, ainda preliminar, para os estudos que tematizam sexualidade no Brasil, procurando situar atores e estratégias formativas relevantes, indicando a importância de uma análise mais fina e nuançada da diversidade regional e disciplinar e das conexões que atuam na produção de tais estudos em âmbito nacional.

## Movimento LGBT e produção de conhecimento em âmbito acadêmico

O que, nos dias de hoje, convencionou-se chamar de movimento LGBT – o movimento político em torno dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – tem seu início no Brasil, tal qual assinalado pela literatura, no final da década de 1970, com a criação do grupo *Somos de São Paulo* (MACRAE, 1990; SIMÕES; FACCHINI, 2009). Desde então, o movimento LGBT vem percorrendo uma trajetória bastante peculiar. Enquanto boa parte dos movimentos sociais que foram mais visíveis nos anos 1980 experimenta um processo de “crise”, o movimento LGBT não apenas tem crescido em quantidade de organizações ativistas e diversificado os formatos institucionais, como tem ampliado sua visibilidade, sua rede de alianças e espaços de participação social.

### a) Delineando um contexto político: o movimento LGBT e suas conexões

A ampliação da visibilidade social das homossexualidades no Brasil se dá, num primeiro momento, em meados dos anos 1980, por ocasião da epidemia do HIV/AIDS. A partir da emergência de uma “resposta coletiva” à epidemia – que envolve, em grande medida, ativistas dos primeiros grupos homossexuais –, se constituem as primeiras políticas públicas brasileiras a se voltarem para *homens que fazem sexo com homens* (HSH), no início dos anos 1990. Nesse mesmo período, observa-se um crescimento e o espraiamento pelo país do movimento hoje conhecido como LGBT. Desde meados dos anos 1990, tal visibilidade tem se dado basicamente pelo debate público em torno de candidaturas e projetos de lei; pela adoção da estratégia da *visibilidade massiva* através da organização das Paradas do Orgulho LGBT; e, pela incorporação do tema de um modo mais “positivo” pela grande mídia, seja pela inserção de personagens em novelas ou de matérias em jornais ou revistas que, aos poucos, passam a incorporar LGBT como sujeitos políticos que demandam direitos (FACCHINI, 2005; SIMÕES; FACCHINI, 2009; FRANÇA, 2006 e 2007).

A *incidência política* e a *visibilidade massiva* têm sido as principais estratégias utilizadas por esse movimento nos últimos anos. Tais estratégias têm produzido muitos avanços, inclusive na arena estatal. No âmbito do Executivo federal, por exemplo, há conquistas representadas pela elaboração e pela implementação do programa *Brasil Sem Homofobia* (BSH), em 2004, por seus desdobramentos decorrentes da realização de Conferências Nacionais

LGBT, em 2008 e 2011, bem como pela elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Plano Nacional LGBT) em 2009. No entanto, conforme recentes estudos sobre políticas públicas voltadas para LGBT, a ausência de suporte legislativo a tais avanços tende a fragilizá-los (MELLO *et al.*, 2012a, 2012b), o que efetivamente se nota a partir da campanha eleitoral para a Presidência da República, em 2010 e na gestão seguinte.

No âmbito do Judiciário, as conquistas têm se dado, principalmente, no campo do reconhecimento dos direitos relativos a uniões estáveis – a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorrida em maio de 2011, consolidou definitivamente a interpretação jurídica que há alguns anos já vinha sendo adotada pelo Superior Tribunal de Justiça e por outros Tribunais – e vêm possibilitando, cada vez mais, a multiplicação de decisões judiciais locais reconhecedoras dos direitos ao casamento e à adoção.

O Poder Legislativo, no entanto, não apresenta avanços proporcionais. Se as demandas do movimento LGBT encontram certa porosidade nos círculos centrais do Executivo e do Judiciário<sup>5</sup>, a composição do Legislativo federal se mostra refratária aos projetos de lei apresentados por parlamentares que apoiam tais demandas. Apenas a título de ilustração: o primeiro projeto referente ao reconhecimento de uniões entre pessoas do mesmo sexo foi proposto em 1995 – 16 anos antes da decisão do STF –, pela então Deputada Federal Marta Suplicy, e nunca chegou à votação<sup>6</sup>; o Projeto de Lei 122 (PL 122), da Câmara, que pretendia, em seu texto original, equiparar a homofobia ao racismo, circula desde o ano de 2006 entre as casas do Congresso e também não encontra apoio suficiente para ser votado e aprovado.

Se o aumento da visibilidade aos poucos atraiu a atenção de setores conservadores da sociedade brasileira<sup>7</sup>, ele conviveu, no interior do movimento, com um processo de afirmação de *especificidades* e complexificação do sujeito político e de especificação das áreas de atuação das organizações. Atualmente, há grupos que atuam particularmente com adolescentes LGBT ou com seus familiares ou, ainda, com famílias LGBT, por exemplo. Essa especificação de áreas de atividades não parece implicar conflitos entre as organizações. O mesmo não se pode dizer a respeito do processo de afirmação de *especificidades* e de complexificação do sujeito político, que toca mais diretamente em questões centrais como *representatividade* e busca por reconhecimento (FACCHINI, 2009).

O aumento e a diversificação dos grupos, a complexificação de seu sujeito político e a ampliação da rede de relações do movimento são mudanças fundamentais para situar qualquer reflexão que se faça sobre o movimento contemporâneo, bem como a crítica ao *vitimismo* como estratégia política e a emergência e difusão de propostas de *visibilidade positiva* de LGBT. As relações com atores como o mercado e o Estado têm recebido, nos últimos anos, maior atenção e sua análise cuidadosa tem se mostrado indispensável a uma compreensão mais abrangente dos processos relacionados ao movimento<sup>8</sup>. Outras relações, como a estabelecida com partidos políticos, outros movimentos sociais e as universidades, ainda têm sido tratadas pontualmente e demandam maiores esforços de investigação.

Embora o processo de institucionalização das organizações e entidades do movimento LGBT e a ênfase em estratégias de *incidência política* ou *advocacy* apresentem desafios para a relação com sua “base” (FACCHINI, 2009), no que tange à produção de conhecimento científico, a relação vem se alterando, positivamente, desde o surgimento do movimento.

## **b) O movimento LGBT e “a academia”: tensões e mudanças**

No período do surgimento do movimento hoje chamado de LGBT no Brasil, havia grande desconfiança com relação aos discursos produzidos fora do círculo ativista (MACRAE, 1990). Apesar de a universidade ser um espaço que poderia permitir o encontro de ativistas – tendo presenciado a primeira aparição mais visível do grupo *Somos*, no famoso debate promovido pela revista *Versus*, em 1980, na Universidade de São Paulo (USP), e tendo sido lugar, a partir da Faculdade de Filosofia, na mesma universidade, da organização de um grupo ativista, o *Eros* –, as relações entre ativismo e espaços e/ou atores do meio acadêmico eram tensas no período (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Sobre o grupo *Eros*, por exemplo, recaíam acusações de que fosse demasiado *acadêmico e elitista*. A ênfase “comunitarista” e antiautoritária do período, bem como o fato de a homossexualidade ser ainda classificada como patologia pelas associações científicas relacionadas à área da saúde nesse momento, certamente têm muito a dizer sobre o caráter tenso dessa relação.

Na primeira metade dos anos 1980, vários pesquisadores e professores foram chamados a se pronunciar e a colaborar durante a campanha, liderada pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), que procurava retirar a homossexualidade

do código de doenças do então chamado INAMPS (MACRAE, 1990). Essa campanha teve como uma de suas estratégias a aprovação de moções contra a patologização e/ou discriminação de homossexuais. O GGB, na pessoa de Luiz Mott, propôs e obteve a aprovação de moções apresentadas na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e na Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) (MOTT, 2011).

Com a eclosão da epidemia do HIV/AIDS, nota-se a adoção de um padrão ambíguo de relação, que se mantém, guardadas as devidas proporções, nos dias atuais: a produção de conhecimento científico é evocada em razão de seu potencial de legitimação das demandas do movimento e de sua capacidade de subsidiar a elaboração, a implementação e a avaliação de políticas públicas; mas permanece certa desconfiança, visto que, produzido a partir de outras referências, esse conhecimento acadêmico pode também conflitar com as estratégias ativistas, seja de modo pontual ou mais significativo.

Apesar da proposta de organização de grupos voltados para a questão das (homo)sexualidades em universidades não ser uma novidade no Brasil, os anos 2000 assistem ao surgimento e à capilarização de um movimento pró-diversidade sexual organizado por estudantes em suas universidades. Após ato contra a homofobia nos fóruns do Movimento Estudantil realizado no Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (CONUNE), em abril de 2003, surge a ideia de um encontro nacional para lidar com o tema. Em setembro do mesmo ano, ocorria em São Paulo o 1º Pré-Encontro GLBTT Universitário e, em novembro, acontecia em Belo Horizonte o 1º Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual, o ENUDS (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 169).

Nascido na intersecção entre movimento estudantil, movimento por direitos sexuais e outros movimentos contra as *opressões*, o ENUDS já conta com nove edições, realizadas entre 2003 e 2012, marcando presença em diversas regiões e cidades, como Recife, Niterói, Vitória, Goiânia, Belém, Campinas e Salvador. Além da articulação com o movimento estudantil e do desenvolvimento de atividades de combate à homofobia, para o espaço universitário e a extensão universitária, o ENUDS tem se caracterizado principalmente pelo incentivo à própria capilarização do movimento, com o fomento à organização de grupos de diversidade sexual nas universidades.

Um exemplo dos efeitos locais dessa organização na produção acadêmica sobre o tema foi recentemente registrado na dissertação de mestrado de Milton Ribeiro da Silva Filho (2012), quando, a fim de situar sua pesquisa na produção local, mapeou trabalhos acadêmicos sobre (homo)sexualidade na região metropolitana de Belém: entre as onze monografias de graduação sobre o tema defendidas na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA), entre 1989 e 2010, nove o foram a partir de 2000, sendo que quatro delas eram de autoria de integrantes do Grupo Orquídeas<sup>9</sup> e datavam de 2010. Numa das notas do trabalho, Silva Filho (2012, p. 37, nota 24) revela uma das tensões presentes na relação entre os grupos universitários de diversidade sexual e o movimento LGBT mais tradicional: apesar de atuar em parcerias mais ou menos pontuais com as organizações do movimento LGBT local, o Orquídeas não se considera filiado a ele, por *não ser uma ONG*. Essa tensão se refere especialmente às estratégias de atuação no combate à discriminação e à violência (designada como *homofóbica, homo/lesboltransfóbica, heterossexista* ou *heteronormativa* por diferentes atores em diferentes contextos), e às diferentes formas de constituir o sujeito político do movimento.

Em tese sobre a agenda anti-homofobia nas políticas brasileiras de educação no período de 2003-10, Felipe Fernandes (2011) focaliza diferentes tensões que encontrou no intervalo de tempo estudado. Uma delas é a que toma as polaridades *identitárias* por oposição a *queers*, na qual a maior parte dos ativistas LGBT estaria alocada na primeira polaridade e *acadêmicos* ou ativistas do movimento universitário por diversidade sexual, na segunda. Nesse caso, vale a pena ressaltar, contribuindo com a análise do autor, que as relações entre universidade e movimento LGBT historicamente têm se constituído a partir de uma equação que não raramente toma a universidade como um bloco homogêneo – *a academia* – e, mais recentemente, tende a associar a *academia* ao uso de *teoria queer* (vertente dos estudos em gênero e sexualidade muito em voga no período, cuja utilização tem se dado a partir de interpretações bastante variadas).

Tal tensão, no entanto, parece-nos envolver a disputa pelo reconhecimento do saber e da competência para tratar de questões alusivas ao conhecimento sobre a *comunidade LGBT*. Na compreensão desse embate associam-se três fatos: 1) o surgimento, no mesmo período, das primeiras políticas públicas para LGBT, para além das políticas de prevenção ao HIV/AIDS; 2) a

ampliação do espaço de participação para a sociedade civil em processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas que marca o período pós-redemocratização, incluindo tanto o movimento social quanto a universidade; e 3) o crescimento da quantidade de pesquisadores, bem como a sua maior participação em fóruns que debatem políticas públicas, como conferências e conselhos. Desse modo, acreditamos ser mais rentável pensar que a disputa nesse caso não é apenas **por** eventuais recursos (bastante reduzidos, aliás) advindos de tais políticas, mas **entre** projetos construídos, a partir de diferentes lugares e perspectivas, por sujeitos que se identificam com a *causa* e desejam ter possibilidade de intervir nas políticas. Note-se que não se trata de uma polarização simples entre um “projeto acadêmico” e um “projeto ativista”, mas de vários projetos coexistentes e que podem implicar alianças contingentes e mais ou menos pontuais entre integrantes do movimento social e pesquisadores. Por outro lado, todo esse processo implica também tensões no interior tanto do campo acadêmico quanto do campo ativista, se é que é possível separá-los tão nitidamente, envolvendo os múltiplos e muitas vezes transitórios lugares de ativista, professor, pesquisador e estudante.

### **c) A produção de conhecimento sobre gênero e sexualidade na agenda política nacional**

Apesar das tensões pontuadas, até aqui, entre movimento, universidade e no interior de cada um desses campos, os desenvolvimentos recentes da agenda política nacional, no que diz respeito às demandas de movimentos sociais no âmbito dos direitos para mulheres e para LGBT, parecem, de fato, estimular mudanças significativas nessa relação. Tais desenvolvimentos se fazem acompanhar da colocação em pauta da necessidade de produção de conhecimento, em especial quanto aos direitos de LGBT (área temática em que o volume de produção e a difusão de conhecimento são menores e que se constitui a partir de uma rede mais difusa e menos institucionalizada em comparação aos estudos de gênero) (FACCHINI, 2005 e 2009; DANILIAUSKAS, 2011). Demandas por produção e difusão de conhecimento têm marcado presença em documentos de referência para políticas públicas em âmbito nacional, elaborados a partir de processos participativos como as Conferências Nacionais dos Direitos das Mulheres, as Conferências Nacionais de Políticas para LGBT e as Conferências Nacionais de Direitos Humanos (DANILIAUSKAS, 2011).

É importante destacar que esses documentos de referência não são meros textos, mas frutos de um complexo processo participativo, por meio de conferências realizadas em instâncias municipais, estaduais e nacionais, nas quais foi aprovada uma diversidade de propostas elaboradas por representantes de movimentos sociais, universidades, sindicatos, profissionais de diferentes áreas e gestores públicos, entre outros. Os programas e planos não somente apresentam o que se espera das universidades com relação às temáticas de gênero e sexualidade: integrantes da comunidade acadêmica (em geral professores, pesquisadores ou estudantes) tiveram oportunidade de participar do processo de formulação de propostas de políticas e de contribuir na definição de seu grau de implicação na implementação das mesmas. Essa possibilidade de participação cresce de acordo com a amplitude do próprio processo participativo implicado na elaboração das propostas contidas nos programas e planos. A redação final dos mesmos passou, ainda, por um crivo do Estado, na pactuação com seus ministérios e secretarias, ao elencar quais são as ações prioritárias, seus prazos de implementação e os órgãos e atores envolvidos em sua execução, acompanhamento e avaliação.

Vale salientar que tanto os programas de direitos humanos quanto os planos nacionais de políticas para as mulheres foram aprovados por meio de decretos. O mesmo não ocorreu com o programa *Brasil Sem Homofobia* nem com Plano Nacional LGBT, que foram apenas publicados e divulgados pelo Governo Federal. A ausência do decreto denota cautela política em endossar tais documentos, tornando-os relativamente mais frágeis, tanto política quanto institucionalmente.

A partir deste último dado, pode-se refletir sobre variações no nível de respaldo político, mas também social e acadêmico, entre as temáticas de direitos humanos, gênero e sexualidade: há um grau maior de simpatia pública por temas como direitos humanos, de forma genérica, e promoção da igualdade das mulheres em relação aos homens, ao passo em que a sexualidade, apesar de significativos avanços nas últimas décadas, figura como um tema tabu em muitos aspectos. Ainda assim, dentro dessas grandes áreas temáticas, podemos pensar em pautas ou subtemas que são mais ou menos incentivados a serem debatidos ou pesquisados. Se o tema for “direitos humanos”, há amplo respaldo, quando se trata de direitos relativos a crianças e idosos, por exemplo. O mesmo não acontece se nos voltarmos para os direitos das pessoas privadas de liberdade. No caso das mulheres, se, por um lado, foi

recentemente aprovada lei que garante rendimentos iguais entre homens e mulheres exercendo o mesmo cargo e com o mesmo grau de escolaridade, por outro lado, o aborto ainda é um tema bastante polêmico e pouco presente na agenda política. Apesar de a sexualidade ser assunto publicamente delicado, há forte demanda em relação à realização de estudos e políticas para a prevenção de DST e HIV/AIDS, bem como da gravidez na adolescência, enquanto que assuntos relacionados à pluralidade de expressões e vivências da sexualidade ainda são controversos, em âmbitos político, social e até acadêmico.

Uma análise, ainda preliminar, de demandas por produção e difusão de conhecimento científico em planos nacionais de políticas para as mulheres (BRASIL, 2004a e 2008), LGBT (BRASIL, 2004b e 2009) e direitos humanos (BRASIL, 1996, 2002 e 2010) indica: 1) maior especificação e ampliação de demandas em relação ao ensino superior; 2) ampliação da participação da universidade nas diferentes etapas da política pública; 3) refinamento do recorte das pesquisas demandadas; 4) mudança no modo de conceber o incentivo à realização de pesquisas; 5) diferenças no tipo de demanda de pesquisa em relação aos planos de políticas para as mulheres e LGBT.

No que se refere às demandas dirigidas ao ensino superior, ao observarmos os planos de direitos humanos (BRASIL, 1996, 2002 e 2010), nota-se que inicialmente há maior ênfase na formação de profissionais da educação e criação de disciplinas para questões de direitos humanos, gênero e sexualidade no campo do ensino básico. Apesar de referências à graduação já estarem presentes nos primeiros planos, é perceptível uma ampliação e um refinamento, ao longo do período de pouco mais de uma década, de demandas pela inclusão desses temas em diretrizes curriculares, disciplinas e programas do ensino superior, incluindo a criação de cursos específicos na pós-graduação e cursos de extensão.

Em relação à participação da universidade nas diferentes etapas da política pública, nota-se que, em um primeiro momento, as ações previstas indicam a necessidade de estudos e pesquisas *sobre a realidade*, o *mapeamento* ou *diagnósticos* de determinados grupos para subsidiar o desenho de políticas públicas. Ao longo do tempo, as universidades passam a desempenhar um papel não só de fornecer conhecimentos, mas são chamadas a participar do próprio “traçado” de planos e projetos. Papel esse que vai se estendendo à implementação, ao acompanhamento e à criação de indicadores e avaliações de políticas.

As pesquisas demandadas concentram-se inicialmente na produção de conhecimento sobre determinados *segmentos* e depois se voltam para *recortes* mais específicos. Desse modo, passa-se de ações que demandam pesquisa sobre a violência ou discriminação contra mulheres ou LGBT, de forma ampla, para *temas* mais particulares: pesquisas sobre a situação da saúde reprodutiva de mulheres vivendo com HIV; gravidez na adolescência, entre jovens de 10 a 15 anos; dados sobre LGBT jovens ou idosos em situação de rua; elaboração de indicadores para políticas para mulheres em áreas rurais; ou, indicadores para o monitoramento de políticas contra a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

Ocorrem também mudanças na consideração do fomento à pesquisa. Inicialmente há ênfase na pesquisa como produto final das ações previstas. Nos planos mais recentes, entretanto, passam-se a considerar também os meios, ou seja, o fomento e o fortalecimento dos núcleos de pesquisa temáticos, bem como o incentivo à criação de novos núcleos.

Ao se comparar o tipo de demanda de pesquisa entre os planos de políticas para as mulheres e para LGBT, nota-se que em relação às políticas para mulheres há um maior deslocamento da produção de conhecimento da *realidade de mulheres* ou de uma situação de *vulnerabilidade* mais geral para a atuação no monitoramento das políticas implementadas ou em fase de implementação. No primeiro PNPM (BRASIL, 2004a), as demandas de estudos e pesquisas estão em um eixo considerado prioritário e, em sua segunda edição (BRASIL, 2008), as pesquisas encontram-se no eixo de gestão e monitoramento do plano, com ações como *realizar pesquisa sobre a caracterização das mulheres no Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária* (PRONERA) (BRASIL, 2008).

Em relação a LGBT (BRASIL, 2004b e 2009), contudo, ainda há forte demanda pela atuação num diagnóstico bastante preliminar, cujo foco é o conhecimento da *realidade* dessa *população*. Mesmo quando há referência a *recortes* específicos, eles parecem menos precisos, denotando a necessidade de intervenção em uma realidade que se sabe problemática, mas sobre a qual há pouca informação mais sistematizada, e também poucas políticas específicas; enfim, parece não haver conhecimento sobre o grau de alcance obtido a partir de políticas de caráter mais universal existentes. Vejamos um exemplo de ação que explicita este último ponto:

(...) promover a articulação e a parceria entre o poder público, sociedade civil organizada, institutos de pesquisa e universidades visando a estabelecer estratégias específicas e instrumentos técnicos que possam mapear a condição socioeconômica da população LGBT, com o objetivo de monitorar o combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, com indicadores de resultados a serem estabelecidos (BRASIL, 2009).

Os documentos analisados, como cristalizações de relações entre múltiplos atores presentes no campo político dos movimentos LGBT, feminista e por direitos humanos, indicam a importância que questões relacionadas à produção de conhecimento possuem no que diz respeito à promoção e garantia da igualdade de gênero e dos direitos de LGBT. As mudanças observadas indicam também um crescimento do reconhecimento dessa importância e sinalizam um aumento da participação e/ou envolvimento de atores relacionados à produção do conhecimento nesse campo político, seja pelo refinamento das demandas, seja pela especificação do vocabulário para se referir ao objeto das ações envolvendo produção e difusão de conhecimento.

No que diz respeito às diferenças encontradas nos documentos relativos a direitos de mulheres e de LGBT, elas não apenas refletem os diferentes graus de reconhecimento dessas duas *populações* e o caráter bastante recente da entrada de LGBT na agenda política brasileira, como também possivelmente remetem a diferentes níveis de desenvolvimento e de estabelecimento e difusão dos estudos relativos a mulheres, gênero e feminismos e dos estudos acerca das (homo)sexualidades no Brasil.

### **Os estudos de sexualidade e suas conexões**

Ressalte-se que os processos políticos e sociais brevemente descritos nos itens anteriores são importantes para compreendermos o contexto em que se inserem e constituem os estudos sobre sexualidade no Brasil. A exemplo do que ocorre com os estudos sobre mulheres, gênero e feminismos, a atuação do movimento LGBT e todo o cenário que o acompanha têm influência decisiva no modo como se configuram os estudos (CORRÊA, 2001; GROSSI, 2010, SCAVONE, 2011). Ao mesmo tempo, vale enfatizar não apenas tais similaridades entre estudos de gênero e de sexualidade, mas também a aproximação entre ambos. Como veremos, a seguir, há certa ambiguidade neste texto quando nos referimos a um ou mais campos de estudos envolvendo

gênero e/ou sexualidade no Brasil; no entanto, observe-se que não se trata de simples confusão na escrita deste artigo. Estamos lidando aqui com um imbricamento característico desses estudos no Brasil. Preferimos explicitar isso e manter a ambiguidade a construir separações artificiais e precipitadas.

### **a) Estudos de gênero e sexualidade no âmbito internacional**

No âmbito internacional, os efeitos da crítica ao essencialismo e ao viés androcêntrico das ciências iniciada na “segunda onda” do feminismo, nos anos 1970, foram potencializados pela passagem dos estudos sobre “a mulher” para os estudos que tomam gênero<sup>10</sup> como categoria de análise, nos anos 1980 (MOORE, 1996). Tais estudos questionaram o caráter universal, homogêneo e a semelhança transcultural atribuídos à categoria “a mulher” (MOORE, 1996), tomando gênero como forma de conhecimento cultural das diferenças sexuais, ou seja, conhecimento que se volta não para homens e mulheres, mas para os significados e valores histórica e culturalmente associados a masculino e a feminino (SCOTT, 1995).

A década de 1990 assistiu à consolidação desse campo de estudos em âmbito internacional e ao surgimento de perspectivas pós-estruturalistas, marcadas pelo questionamento de essencializações e de dualismos, denunciando falsas oposições como as que se estabelecem entre corpo/mente, natureza/cultura e real/construído, e as armadilhas presentes em ideias como a de que gênero tomaria por base o dimorfismo sexual (BUTLER, 2003; HARAWAY, 2004; FAUSTO-STERLING, 2002). Tais perspectivas passam a conviver com a diversidade de abordagens teóricas que marca esse campo de estudos – que, assim como os diversos feminismos, é melhor compreendido quando reconhecemos sua pluralidade interna (BUTLER, 1998). Data também dos anos 1990 a maior ênfase na necessidade de compreender articulações ou intersecções entre gênero e outros marcadores sociais de diferença (HARAWAY, 2004; BRAH, 2006).

Desde meados dos anos 1950, desenvolveram-se também estudos sobre sexualidade nas ciências sociais e na história (LEZNOFF; WESTLEY, 1998; GAGNON, 2006; NEWTON, 1979; WEEKS, 1977, 1981 e 1985; McINTOSH, 1998). Assim como os estudos sobre mulheres, tais estudos pioneiros procuravam romper com o essencialismo e com a perspectiva patologizante por parte da sexologia e da biomedicina, abordando a sexualidade como uma atividade humana que, como qualquer outra, possui aspectos sociais, passíveis de serem estudados (GAGNON, 2006).

Da atuação desses pesquisadores, surge o campo que, desde os anos 1970, tornou-se conhecido como *gay and lesbian studies*. Ainda durante a mesma década, no momento em que o movimento por direitos de homossexuais nos EUA lutava pela “despatologização” da homossexualidade, travava-se um intenso debate entre abordagens essencialistas e construcionistas sociais (que partiam da crítica ao universalismo e à abordagem da sexualidade como uma entidade estável e coesa) (VANCE, 1989; EPSTEIN, 1998). Os anos 1980, por sua vez, são fortemente marcados, nesse campo, pela atuação de pesquisadoras que já traziam um acúmulo de debates feministas e de outras que procuravam introduzir a homossexualidade feminina como tema de estudos. A década de 1990 assiste ao fortalecimento de abordagens desconstrucionistas e pós-estruturalistas, tanto no campo dos estudos feministas e de gênero, quanto nos *gay and lesbian studies*. É também o momento da emergência dos chamados *queer studies*, cuja perspectiva teórica entrelaça marcadores de gênero e de sexualidade.

Desde os anos 1970, notam-se, nos estudos feministas, importantes articulações entre as questões das mulheres e a temática da sexualidade. Tal articulação já marcava as preocupações com a naturalização da heterossexualidade e da relação entre reprodução e gênero, há muito presentes no pensamento feminista (FIRESTONE, 1976; RUBIN, 1975; RICH, 1980; WITTIG, 1993), e os debates que ficaram conhecidos como “guerras sexuais”, envolvendo a disputa entre feministas anti-pornografia e as *pró-sex* (MACKINNON, 1982; RUBIN, 1984; VANCE, 1984; BUTLER, 1997; RUBIN; BUTLER, 2003), mas ganha novos contornos com os *queer studies*.

No que pese não termos conhecimentos mais aprofundados sobre as referidas conexões no caso brasileiro, o impacto dessa trajetória internacional e das diversas vertentes teóricas, assim como reflexões bastante inovadoras para o período em que foram feitas podem ser notados na produção de conhecimento no Brasil (CARRARA; SIMÕES, 2007), embora aqui uma separação entre campos de estudos de gênero e de sexualidade seja bem menos explícita. Mais do que pensar num ambiente científico hostil a ponto de impedir a institucionalização de estudos sobre sexualidade, talvez caiba pensar em convenções e modos de conformação mais específicos aos caminhos que marcaram o desenvolvimento dos estudos de sexualidade no Brasil.

## **b) Articulações entre estudos de gênero e de sexualidade no Brasil**

Publicações recentes (AQUINO *et al.*, 2002; AQUINO, 2006; CORRÊA, 2001; LOPES; PISCITELLI, 2004; GROSSI, 2010; SCAVONE, 2011) indicam os estudos de gênero como um campo científico em consolidação ou recém consolidado no Brasil. Algumas autoras (AQUINO, 2006; PISCITELLI, 2009; GROSSI, 2010) chamam a atenção para suas articulações com a temática da sexualidade, o que pode ser notado numa breve análise das publicações ou dos grupos de trabalho criados nos principais eventos de associações científicas nacionais e em eventos específicos alusivos a gênero.

Num artigo sobre perfil e tendências na produção científica sobre gênero e saúde, Aquino (2006: 122) relata que “esse campo em constituição alimentou-se também dos estudos sobre sexualidade cuja legitimação foi favorecida pela necessidade de enfrentar a pandemia da Aids”. Na área de educação, no entanto, o impacto da epidemia parece ter sido outro: foi em educação sexual com foco na prevenção da infecção pelo HIV e da “gravidez precoce” que se concentraram até muito recentemente os maiores investimentos no tema sexualidade. Tais desenvolvimentos levaram a uma abordagem em que sexualidade era majoritariamente tratada a partir de uma perspectiva centrada na heterossexualidade, e de modo teoricamente subordinado aos “estudos de gênero”. Essa é uma característica que só recentemente começa a ser questionada, a partir da incorporação da perspectiva dos diretos sexuais.

Embora o campo de estudos sobre *sexualidade, gênero e sexualidade, diversidade sexual* e/ou *queer studies* venha crescendo nas últimas décadas, são poucos os trabalhos que se propõem a acompanhar seu desenvolvimento através do tempo e que se dispõem a realizar uma revisão crítica da literatura produzida. Todavia, a considerável produção acadêmica das últimas décadas tem justificado a publicação de revisões bibliográficas<sup>11</sup>, voltadas especialmente para o período que se inicia na década de 1990, quando é possível registrar, de fato, crescimento e diversificação desses estudos no Brasil.

Desde a década de 1970, nota-se uma autonomização dos estudos sobre sexualidade em relação às preocupações relativas a identidade nacional e projeto de nação que marcaram a inserção inicial do tema no Brasil. É exatamente nesse período que os movimentos feminista e homossexual começam a participar do cenário público brasileiro de modo mais incisivo, ainda no período da ditadura militar (CORRÊA, 2001; SCAVONE, 2011). Tais

estudos parecem nascer, portanto, da imbricação entre movimento feminista, homossexual e a produção na universidade, bem como da articulação entre pesquisadores que se dedicavam a estudos sobre mulheres, feministas e sobre sexualidade. Desde a década de 1960, parte dos trabalhos que se debruçavam sobre as questões relativas às mulheres – e que dariam lugar às discussões sobre gênero nas décadas posteriores – já abordava a sexualidade, em temas como *família, feminismo, saúde, educação sexual, reprodução humana e aborto* (CITELI, 2005).

Entre as décadas de 1970 e 80, uma primeira tendência nos estudos que envolviam a sexualidade era a análise de relações familiares e conjugais e dos valores que permeavam a vida das mulheres, no que concerne à sexualidade, na intersecção entre os temas *mulheres e sexualidade*. Uma segunda tendência se voltava à compreensão do que envolvia as relações entre pessoas do mesmo sexo. De acordo com Citeli (2005), além dos temas aqui citados, cabe mencionar também outros que aparecem de modo recorrente no período, como *saúde da mulher e sexualidade; educação sexual; prostituição e regulação ou controle da sexualidade; e moralidade sexual*.

A partir da década de 1990, os estudos sobre sexualidade se multiplicaram, se sedimentaram e se diversificaram no país e podem ser situados como ganhos em relação à legitimação e ao reconhecimento dos mesmos. É possível perceber uma rápida incorporação de temáticas relacionadas à homossexualidade nas pautas dos centros de pesquisas e universidades brasileiras. A revisão crítica elaborada por Citeli (2005) dá conta de 56 obras publicadas no período de 1970-1989 e de outras 298 publicadas no período de 1990-2002. Esses números são bastante ilustrativos do crescimento desse campo no período. Sílvia Ramos (2005) relata que uma busca na Plataforma Lattes usando as palavras *homoerotismo, homossexualidade, gay, lésbica e queer* resultou em 3.520 trabalhos, associados a 1.420 pesquisadores. Levantamento semelhante, realizado em junho de 2001, havia encontrado 490 trabalhos associados a 212 pesquisadores (RAMOS, 2005).

### **c) O crescimento dos estudos sobre sexualidade: atores e estratégias formativas em ação**

Se há um crescimento dos estudos sobre sexualidade no Brasil, ele não se dá apenas em decorrência das demandas relacionadas à epidemia do HIV

ou à maior visibilidade de LGBT como sujeitos políticos de direitos. Como vimos, a sexualidade esteve, durante os anos 1970, bastante imbricada nos estudos feministas, em abordagens temáticas como família ou violência. Nesse momento, fundações internacionais, a exemplo da Fundação Ford e da Fundação MacArthur, tiveram importante papel no fomento inicial à realização de pesquisas envolvendo a sexualidade e no incentivo a programas de formação de pesquisadores nessa área. Os recursos dessas fundações são fundamentais para as principais estratégias formativas do campo de estudos de gênero e sexualidade.

Desde 1974, há na Fundação Carlos Chagas a atuação de um Coletivo de pesquisas sobre mulheres, que, a partir do Departamento de Pesquisas Educacionais, com o apoio da Fundação Ford, se constituiu como um importante núcleo aglutinador de pesquisadoras e feministas. O primeiro concurso, que oferecia bolsas para pesquisar a situação da mulher no país, foi realizado em âmbito nacional em 1978 e apoiou 108 projetos, sendo posteriormente substituído pelo Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe (PRODIR), com foco na saúde reprodutiva (que, ao longo do tempo, passa a figurar como direitos sexuais e reprodutivos) e apoiado pela Fundação MacArthur (CORRÊA, 2001; AZERÊDO; STOLCKE, 1991).

O Programa de Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, que nasceu em 1996 e contou com doze edições regionalizadas, treinou cerca de 200 pesquisadores de todo o país e concedeu mais de 100 bolsas de pesquisa, sob a organização do Instituto de Medicina Social (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ), do Instituto de Saúde Coletiva (Universidade Federal da Bahia – UFBA), do Núcleo de Estudos de População (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP), da Escola Nacional de Saúde Pública (Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ) e do Instituto de Saúde (Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo – SES-SP), com apoio da Fundação Ford (AQUINO *et al*, 2002).

A partir dos anos 2000, a Fundação MacArthur apoia a realização de concursos no Programa de Apoio a Projetos em Sexualidade e Saúde Reprodutiva (Prosare) sob a liderança da Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) (GROSSI, 2010).

O Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) – projeto de extensão vinculado ao Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que também contou com o apoio da Fundação Ford – foi lançado em 2002, com o objetivo de produzir, organizar e difundir conhecimentos sobre a sexualidade na perspectiva dos direitos humanos, por meio da promoção do diálogo entre a universidade, movimentos sociais e formuladores de políticas públicas na América Latina. Desde então, por meio da promoção de seminários, publicação de livros e de uma revista eletrônica, realização de pesquisas e cursos de formação e manutenção de um portal na *internet*, tem se constituído num dos principais dinamizadores dos estudos sobre sexualidade no Brasil.

No âmbito das agências estatais brasileiras, o Programa Nacional de DST/AIDS, hoje Coordenação Nacional de DST/AIDS, configurou-se como um ator importante no fomento à pesquisa sobre sexualidade. Mais recentemente, agências nacionais e estaduais de fomento à pesquisa também têm, aos poucos, reconhecido essa temática, ao menos na sua intersecção com os estudos de gênero, mais formalmente estabelecidos. Segundo Grossi (2010), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) realizou apenas duas ações de financiamento, ao longo dos cerca de 30 anos de desenvolvimento desse campo de pesquisa no Brasil. Já o CNPq, atendendo a demandas do I PNPM, instituiu desde 2006, em parceria com a Secretaria de Política para Mulheres (SPM) editais de financiamento de pesquisas sobre gênero, mulheres e feminismos e o prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero”, voltado a jovens pesquisadores. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no âmbito das políticas para LGBT, apoiou na segunda metade dos anos 2000 a constituição de núcleos de pesquisa em diversidade sexual e direitos humanos nas universidades públicas. Por outro lado, como vimos, a própria atuação dos movimentos sociais tem criado espaços de interlocução com a universidade, num movimento de mão dupla, e pressionado o Estado no sentido de reconhecer a importância das temáticas relacionadas à diversidade e aos direitos sexuais; do combate ao preconceito e da produção de conhecimento a esse respeito.

Além desses fatores, pode-se dizer também que o aumento de trabalhos na área e a diversificação das abordagens estejam relacionados ao próprio processo de expansão da universidade pública; à criação de programas de pós-graduação e à difusão desses programas pelo Brasil (GROSSI, 2010), bem

como à estruturação de núcleos/grupos e linhas de pesquisa no interior das universidades, num processo em que o crescimento dos estudos sobre gênero e/ou sexualidade incentiva o fortalecimento dos núcleos e vice-versa.

Lucila Scavone (2011) relata que apenas seis dos vinte grupos de pesquisa voltados para mulheres e/ou gênero formados no início dos anos 1980 continuavam em atividade no período em que realizou sua pesquisa. Entre esses, destacamos o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA), criado em 1983; o Núcleo de Estudos de Mulheres e Gênero (NEMGE/USP), criado em 1985; e o Núcleo de Estudos de Gênero (NEG/UFSC), criado em 1984. O NEG deu origem ao Instituto de Estudos de Gênero/IEG, que agrega sete núcleos de pesquisa desta área. O NEIM/UFBA se constitui em um polo acadêmico de estudos de gênero na região Norte/Nordeste, no Brasil e na América Latina, tendo criado, em 2005, o Programa de Pós-Graduação de Estudos Feministas e de Gênero (NEIM/UFBA/CAPES) e, em 2008, o primeiro curso de Graduação de Gênero e Diversidades. Produz, ainda, a coleção de livros *Bahianas*; organiza, desde 1995, anualmente, o *Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero* e passou a publicar, em 2013, a revista *Feminismos*. O Instituto de Estudos de Gênero (IEG), que aglutina uma série de Núcleos sobre Mulher e Gênero da UFSC, teve seu primeiro Núcleo de Estudos de Gênero (NEG) criado em 1984 na área de Literatura. O NEG organiza, desde 1985, o Encontro sobre Mulher e Literatura, que deu origem, no mesmo ano, ao Grupo de Trabalho (GT) Mulher e Literatura na ANPOLL (Associação Nacional Pós-Graduação em Letras e Linguística), que segue em atividade e, em 1994, ao primeiro *Fazendo Gênero* que contou com cerca de 100 participantes. Nas nove edições, o *Fazendo Gênero* cresceu a ponto de em 2010 haver mais de 4.300 trabalhos inscritos; e, a partir de 2000, passou a ser um seminário internacional (SCAVONE, 2011).

Além das iniciativas que surgem com a proposta de pesquisar gênero e/ou sexualidade, há aquelas cuja atuação é mais ampla e nas quais grupos de pesquisa e ações importantes no fomento a estudos de sexualidade ocorreram e seguem se desenvolvendo. Esse é o caso do Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp), cuja atuação tem sido relevante na área desde 1982, com a realização de pesquisas e programas de formação. É também o caso do Instituto de Medicina Social da UERJ, que contou com ações muito significativas no âmbito do combate à epidemia do HIV/AIDS<sup>12</sup> e abriga,

desde 1992, o grupo de pesquisa Gênero, Sexualidade e Saúde, que inclui boa parte dos pesquisadores que criaram o CLAM. É também o caso do Programa de Estudos em Gênero e Saúde – MUSA, criado em 1990 no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA e do Núcleo de Estudos para Prevenção da AIDS (NEPAIDS), com sede no Instituto de Psicologia da USP. Este, desde 1991, articula pesquisadores de universidades de diversos estados, promovendo pesquisas, eventos e programas de treinamento de pesquisadores.

O início dos anos 1990 assiste, ainda, à criação de periódicos específicos do campo de estudos, segundo Miriam Grossi:

Data desse período a criação, na área, de duas publicações acadêmicas que mantêm edição regular e são bem classificadas em diferentes indicadores de qualidade: A *Revista Estudos Feministas*, que recebe substancial apoio da Fundação Ford para sua criação em 1992 e é editada em uma rede nacional cuja liderança está na UFRJ, passando pela UERJ e, posteriormente, sediada na UFSC, a partir de 1999; e *Cadernos Pagu*, que são editados pela segunda geração de pesquisadoras de gênero da Unicamp, reunidas institucionalmente no Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero Pagu [atual Núcleo de Estudos de Gênero Pagu] a partir do início dos anos 1990 (GROSSI, 2010, p. 296).

É importante notar que, como no caso do PAGU/Unicamp, que já nasce a partir de uma segunda geração de pesquisadoras de gênero naquela universidade, a trajetória intelectual e política à qual nos referimos neste artigo é também marcada pela ação de pesquisadores que foram aos poucos construindo possibilidades mais institucionalizadas de atuação. Embora não haja espaço para abordar tal aspecto neste artigo, seus nomes e as referências a seus trabalhos podem ser encontrados nas revisões de literatura e balanços do campo, em parte disponíveis na bibliografia mencionada aqui.

No período que se inicia no ano 2000, assinalam-se: a multiplicação dos grupos de estudos sobre gênero e/ou sexualidade – fenômeno sem precedentes no país –, sua expansão pelas diversas regiões e áreas do conhecimento, o crescimento dos trabalhos apresentados em congressos, como é o caso do *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, e o surgimento da *Associação Brasileira de Estudos da Homocultura* (ABEH), com ênfase nos estudos sobre homossexualidade, que também passa a organizar eventos

nacionais. É também o momento em que se amplia a quantidade de grupos de trabalho em congressos de associações científicas nacionais e em que surgem novos periódicos científicos do campo, como a revista *Gênero*, editada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), desde 2000; a revista *Bagoas: estudos gays, gênero e sexualidades*, editada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), desde 2007; e a revista *Sexualidad, salud y sociedad*, publicação eletrônica trilingue, editada pelo CLAM/IMS/UERJ, desde 2009. O conteúdo de todas essas publicações está atualmente disponível na *internet*, o que facilita e amplia o acesso à produção crescente do campo.

Conforme sublinhou Sérgio Carrara em entrevista para a pesquisa que deu origem a este artigo, “A história dos campos é a história de seus objetos. Até a década de 1960, sexualidade era uma emanção de uma natureza masculina ou feminina, então falar de sexualidade era falar sobre gênero. [...] Posteriormente, houve uma cisão entre prática sexual e gênero” (Carrara, novembro de 2012). Atualmente, vivemos um período em que, ao menos no âmbito acadêmico<sup>13</sup>, houve um “processo de autonomização” da temática “sexualidade” frente aos estudos sobre gênero e saúde. Isso, no entanto, não implica – como também reforça o entrevistado – ausência de um diálogo constante entre tais estudos e entre seus referenciais; aspecto que, aliás, tem marcado os estudos sobre gênero e sobre sexualidade no Brasil, ao menos na produção das Ciências Sociais.

#### **d) Os grupos de pesquisa cadastrados no DGP/CNPq: um olhar sobre a diversidade dos estudos sobre mulheres, gênero e sexualidade no Brasil**

Até aqui, assinalamos a expansão dos estudos sobre mulheres, gênero e sexualidade no Brasil e procuramos indicar, ainda de modo preliminar, a complexa rede de sujeitos e campos sociais e políticos na qual ela tem se dado. No entanto, embora o crescimento numérico impressione, chamamos a atenção para a necessidade de um olhar para a diversidade de tais estudos no país.

Apresentamos, a seguir, alguns resultados de nossa pesquisa no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP) do CNPq. Se tais dados nos permitem ter uma visão da diversidade regional e disciplinar da pesquisa sobre mulheres, gênero e sexualidade no Brasil, alguns cuidados devem ser tomados na interpretação desses resultados.

Um primeiro cuidado é considerar que: 1) os grupos acessados não necessariamente se entendem como integrando um campo de estudos relacionado a gênero e/ou sexualidade; 2) muitos deles, inclusive, têm um envolvimento parcial ou mesmo pontual com as temáticas que nos ocupam; e 3) não necessariamente seus pesquisadores circulam pelos principais eventos, grupos de trabalho relacionados ao campo ao qual nos referíamos, ou partilham conjuntos similares de referências teóricas ou políticas. Outro cuidado diz respeito ao fato de que o DGP é uma base de dados, em geral, atualizada com menor frequência em comparação a outras fontes, como a plataforma de currículos Lattes, o que faz com que a qualidade da informação que obtivemos ali seja dependente da exatidão ou da atualização das informações em cada um dos grupos de pesquisa acessados.

Ao final de 2011, era possível localizar 905 grupos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, do CNPq, nos quais termos como *gênero*, *mulher*, *feminismo*, *masculinidade*, *sexualidade*, *homossexualidade*, *homossexualismo*, *travestismo*, *transexualismo*, *travesti*, *queer*, *sexo*, *orientação sexual* e *educação sexual* estavam presentes seja no nome do grupo, nas linhas de pesquisa ou nas palavras-chave utilizadas, descartados os grupos nos quais gênero dizia respeito a taxonomia biológica ou a gênero literário<sup>14</sup>. Esses grupos correspondem a 1.473 linhas de pesquisa nos quais esses termos estiveram presentes; aí estavam envolvidos 4.203 pesquisadores e 4.784 estudantes. A partir desses resultados é possível apontar alguns aspectos alusivos à maneira como os estudos sobre mulheres, gênero e/ou sexualidade têm se estabelecido no Brasil e indicar alguns caminhos para aprofundar o conhecimento:

1. há, de fato, um processo de ampliação dos estudos envolvendo mulheres, gênero e/ou sexualidade no Brasil: entre os 905 grupos encontrados, 3,5% registram data de formação entre 1978-91; 24% entre 1992-2001 e 72,4% entre 2002-11;
2. há diferentes graus de envolvimento com as temáticas de gênero e/ou sexualidade: 34,2% dos grupos localizados se voltam exclusivamente para tais temáticas; 50,7% têm um envolvimento parcial e 15,1% apenas pontual, restrito a uma única linha de pesquisa entre várias ou a um único projeto;
3. há uma concentração considerável de grupos de pesquisa em universidades públicas (85%) e sua distribuição regional acompanha de perto o modo como estão distribuídos os programas de pós-graduação no Brasil, com

uma maioria de grupos concentrada na região Sudeste (38,7%), seguida pelas regiões Nordeste (27,3%), Sul (18,3%), Centro-Oeste (9,4%) e Norte (6,3%);

4. a distribuição geral dos grupos cadastrados por áreas do conhecimento mostra predomínio das Ciências Humanas (54,7%), da Saúde (23,3%) e Sociais Aplicadas (13,7%), seguidos pelos que estão na área de Letras, Linguística e Artes (7,5%);
5. a maior parte desses grupos (71,6%) trabalha com mulher e/ou gênero sem mencionar especificamente, na descrição do grupo ou na alusão às linhas de pesquisa, interesse mais específico por um trabalho sobre sexualidade;
6. os grupos que trabalham com questões ligadas a sexualidade correspondem a cerca de  $\frac{1}{4}$  do total de 905 grupos cadastrados no DGP/CNPq, sendo que 5,5% trabalha com sexualidade de modo separado de gênero e 22,9% trabalha com gênero e com sexualidade<sup>15</sup>.

Os grupos que fazem referência apenas a termos relacionados a sexualidade concentram-se na grande área das Ciências da Saúde e nas Ciências Humanas, especialmente na Educação e na Psicologia<sup>16</sup>. Em 2/3 desses grupos nota-se uma abordagem da sexualidade mais centrada no indivíduo e no comportamento tomado de modo desconectado dos aspectos simbólicos e socioculturais envolvidos em sua produção. Tal perspectiva foi encontrada especialmente entre grupos que se dedicam a temáticas tais como: epidemiologia relacionada à sexualidade; conhecimentos e práticas relacionados a doenças sexualmente transmissíveis; *sexualidade humana* e psicologia do desenvolvimento; *tendências homossexuais* vistas a partir da neurociência e teorias cognitivas; *influências hormonais que sedimentam a identidade sexual*; *disfunções sexuais*; gravidez na adolescência e sexualidade infantil.

Os grupos que incluem termos que remetem ao trabalho com gênero e com sexualidade estão majoritariamente concentrados na grande área das Ciências Humanas<sup>17</sup>, sendo que predominam (em cerca de 2/3 desses grupos) abordagens mais próximas de perspectivas construcionistas<sup>18</sup>. Tais perspectivas poderiam ser caracterizadas principalmente por uma recusa a “definições de sexualidade extensivas a toda a história e a todas as culturas, sugerindo, ao contrário, que a sexualidade é mediada por fatores históricos e culturais” (VANICE, 1995, p. 16). Mesmo considerando a diversidade de perspectivas

que identificamos nesse conjunto de grupos, parecem ainda fazer sentido os consensos que Vance (1995) atribui ao construcionismo social de modo mais geral: que atos tidos como sexuais não necessariamente têm tal significado, sendo que mesmo atos fisicamente idênticos podem ter diferentes sentidos em contextos históricos ou culturais diversos.

Apesar do crescimento observado entre os estudos sobre mulheres, gênero e/ou sexualidade nas últimas décadas no Brasil, pouco mais de 1/3 (36%) dos grupos analisados possuíam resumos ou ementas que explicitassem a adoção de perspectivas que tomam gênero como categoria de análise (e não como um sinônimo para mulheres) e/ou com sexualidade a partir de uma abordagem que considera os sentidos social e historicamente construídos e as relações sociais e políticas em que se inserem. No que diz respeito à sexualidade, cerca de 40% dos grupos tinha resumos ou ementas que remeteram o olhar desta equipe a perspectivas centradas no indivíduo e no comportamento, sem referências a aspectos simbólicos ou socioculturais. Tais resultados demandam maior investimento no conhecimento desses grupos e pesquisadores, bem como de suas perspectivas. Apesar de seu caráter ainda pouco preciso, se fazem presentes neste artigo apenas para indicar que é parcial<sup>19</sup> o quadro que tecemos nos tópicos anteriores acerca da produção científica que nos ocupa e de suas conexões no Brasil.

### **Considerações finais**

Iniciamos este artigo destacando a necessidade de se produzir um olhar para a trajetória dos estudos de sexualidade no Brasil que estivesse atento aos processos políticos e às conexões relevantes entre pesquisadores e outros atores sociais. Esse caminho nos chamou a atenção para as rápidas transformações na homossexualidade tomada como lugar social, em direção a uma maior visibilidade social e a uma complexificação das relações encetadas e dos atores sociais envolvidos com os direitos sexuais, senão com a criação das condições de possibilidade para a difusão de tal noção no Brasil.

No que diz respeito às conexões, ressaltam-se as relações com os estudos sobre mulheres, gênero e feminismos, assim como o imbricamento com os movimentos feminista e LGBT. Além disso, o impacto da epidemia de HIV/AIDS nesse processo dificilmente poderia ser exagerado, assim como o da expansão da pós-graduação no Brasil, o da ação de fundações filantrópicas internacionais, especialmente a Fundação Ford, e o da ampliação da

participação da *sociedade civil*, aí incluídos os pesquisadores, nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas no período pós-redemocratização, em especial na última década.

Os estudos que se voltam para temáticas relacionadas a sexualidade no Brasil, no entanto, estão longe de se restringir a iniciativas caracterizadas pela articulação –marcada por porosidade ou mesmo hibridismo e por tensões – entre ativismo e pesquisa acadêmica e pela presença de pesquisadores em espaços científicos interdisciplinares ou em fóruns que debatem caminhos para a promoção dos direitos humanos de LGBT. O mapa aqui delineado, portanto, está ainda longe de poder orientar nosso olhar para a relação entre políticas sexuais (WEEKS, 1981; CARRARA, 2010) e produção de conhecimento no Brasil.

Nessa direção, enfatizamos mais uma vez a necessidade de realização de estudos sistemáticos, que possibilitem uma análise mais fina da relação entre políticas sexuais e produção do conhecimento científico no Brasil. Parece-nos fundamental, contudo, que tais esforços considerem a multiplicidade de atores envolvidos no âmbito acadêmico, e também fora dele, de modo a “mapear as conexões relevantes sem determinações simplistas” (ROHDEN, 2012: 52).

Finalizamos este artigo, reconhecendo que: 1) pesquisadores comprometidos com os direitos sexuais e a construção da igualdade de gênero, assim como os demais atores aqui mencionados, são apenas parte daqueles que articulam políticas sexuais e produção do conhecimento no Brasil e 2) as “articulações heterogêneas” (ROHDEN, 2012: 55) presentes em tais redes constituem o variado conjunto de valores e convenções que têm disputado o lugar da sexualidade, em especial daquelas que Foucault (1977) assinalou como “periféricas” em relação ao “dispositivo de aliança”, na sociedade brasileira contemporânea.

---

#### Notas

1 Este artigo é fruto do projeto “Gênero e sexualidade na pesquisa e na produção científica brasileira: intersecções, convenções e conexões”, apoiado pelo CNPq via Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA No. 020/2010. A produção do material aqui analisado contou com a colaboração de bolsistas apoiados pelo PIBIC/CNPq/UNICAMP e pelo SAE/UNICAMP: Rubens Mascarenhas Neto, Ana Paula Pereira de Araujo e Sarah Rossetti Machado. Agradecemos, também, a leitura atenciosa e as sugestões generosas de Isadora Lins França, Adriana Piscitelli, Roberto Efreim Filho, Marcelo Perilo e Julian Rodrigues.

2 Adota-se como convenção, neste artigo, que todas as categorias êmicas sejam oriundas do vocabulário do movimento, das políticas públicas ou de entrevistados, serão grafadas em itálico. As aspas são reservadas para citações, conceitos e categorias aproximativas utilizadas pelos autores.

3 Tal noção é construída e politicamente legitimada no processo de realização da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, e da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, em 1995.

4 Numa retrospectiva acerca de gênero e políticas públicas, Farah (2004) aponta para uma mudança substancial na relação entre Estado e movimentos sociais, bem como na forma de operar políticas públicas no Brasil a partir de meados dos anos 1980. A autora delinea um processo no qual a redemocratização do Estado brasileiro, que envolveu a democratização de processos decisórios e a inclusão de novos segmentos populacionais como beneficiários de políticas públicas, coincide com o fortalecimento dos movimentos de mulheres e feministas.

5 As conquistas existentes no Executivo e no Judiciário não impedem a persistência de graves entraves às demandas do movimento LGBT também nesses campos. A não-implementação pelo Governo Federal daquilo que ficou midiaticamente conhecido como o *kit gay* – e que representava, de fato, um programa pedagógico de combate à homofobia nas escolas – é um emblema significativo desses entraves.

6 Os termos do projeto assinado por Marta Suplicy foram posteriormente postos em questão pelo próprio movimento LGBT que, reconsiderando suas estratégias, decidiu, dentre outras coisas, priorizar a luta pelo reconhecimento da união estável. Hoje, há no Congresso Nacional outros projetos de lei que se referem tanto à união estável quanto ao casamento entre *peessoas do mesmo sexo*.

7 O aumento da visibilidade da temática LGBT e os poucos avanços políticos alcançados têm levado ao acirramento das disputas sociais acerca da legitimidade de LGBT como sujeitos de direitos, acompanhado de uma forte reação de setores conservadores. Tal reação acompanha o crescimento da disputa do Executivo e do Legislativo brasileiros por políticos identificados com denominações religiosas, e tem se expressado a partir de uma linguagem híbrida, combinando elementos de discurso fundamentalista religioso e fragmentos deslocados de discursos acadêmicos ou ativistas, com o intuito de gerar um efeito de pânico moral em torno de imagens como as da *pedofilia* e da *perversão*.

8 Para uma análise mais detalhada de processos envolvendo relações entre movimento LGBT e Estado ou mercado, ver Facchini; França, 2009; Facchini, 2009; Facchini, 2012; França, 2012 e os pesquisadores do tema citados nas referências desses trabalhos.

9 Esse grupo se constituiu na UFPA em 2007, um ano antes de organizar o 6º Enuds em Belém, e seus integrantes produziram nove monografias entre 2008 e 2010, sendo duas no curso de graduação em direito, duas no de enfermagem, uma no de psicologia e quatro no curso de ciências sociais. Três dos integrantes do Orquídeas que produziram monografias nesse período defenderam dissertações de mestrado entre 2011 e 2012. Essas três dissertações somam-se a outras onze, que já haviam sido defendidas entre 1998 e 2011 em vários programas de pós-graduação na UFPA.

10 Note-se que há outras tradições importantes nesses estudos, como é o caso da francesa, que não utilizam a noção de gênero. Todavia, dado o caráter panorâmico e breve destas

observações sobre os estudos internacionais, optamos por nos concentrarmos nas vertentes que se tornaram mais difundidas no Brasil.

11 Destacamos a revisão crítica realizada por Maria Teresa Citeli (2005) e o mapeamento realizado por Laura Moutinho, Sérgio Carrara e Sílvia Aguião (2005), que serviram de base para parte das informações quem compõem este artigo.

12 É importante destacar o papel da Fundação Ford no fomento a essas ações, aos estudos de sexualidade no Brasil nesse período e ao fortalecimento de um trabalho sobre este tema no IMS/UERJ. A entrevista de Peter Fry à pesquisa *Sexualidade, direitos e política na América Latina*, coordenada por Mario Pecheny, é um documento importante para entender esse processo. Essa entrevista está disponível no site do CLAM, no seguinte endereço <http://www.clam.org.br/trajetorias-intelectuais/>. Outra referência importante é o texto de Cecília de Mello e Souza (2002) no livro sobre os 40 anos da Ford no Brasil.

13 Na vida cotidiana ainda se nota, como tem demonstrado exaustivamente a produção antropológica sobre homossexualidade, embora com variações significativas pelo país, a coexistência dos dois tipos ideais de classificação identificados por Peter Fry (1982) em suas pesquisas de meados dos anos 1970.

14 Os dados a seguir são parte de pesquisa de iniciação científica de Ana Cláudia Pilon (2012), orientada por Regina Facchini, no âmbito da pesquisa apoiada pelo CNPq que deu origem a este artigo. Os dados foram coletados entre novembro de 2010 e dezembro de 2011, incluindo as atualizações até então, e dizem respeito, portanto, aos grupos cadastrados no DGP/CNPq no período pesquisado, o que inclui grupos antigos no campo, mas apenas os que continuavam a existir no período da coleta de dados.

15 As análises acerca da ênfase na atuação de cada grupo com gênero e/ou com sexualidade e sobre as abordagens mais gerais a partir das quais se orientam são os dados mais frágeis desta pesquisa, pois se baseiam apenas na análise de ementas e resumos disponibilizados pelos grupos no DGP. Apesar de termos procurado cotejar os casos em que havia dúvidas a partir dos currículos dos pesquisadores na Plataforma Lattes, é impossível universalizar tal procedimento. Sendo assim, essas informações devem ser tomadas com bastante cautela.

16 Entre os grupos que trabalham com sexualidade de modo dissociado de gênero, 23% estão na Educação, 17% na Medicina, 15% na Psicologia, 17% na Saúde Coletiva e 6% na Antropologia.

17 Entre os grupos que trabalham conjuntamente com gênero e sexualidade, nota-se a seguinte distribuição disciplinar: 23% estão na Educação, 13% na Antropologia, 12% na Psicologia, 12% na Saúde Coletiva, 6,5% na Enfermagem e 7% na História.

18 Note-se que essa aproximação teórica nem sempre foi explicitada como tal no material analisado, e que a tomamos como referência aproximativa para um gradiente de possibilidades, que inclui variados graus de adesão a pressupostos construcionistas, com a presença mais acentuada do que Vance (1995) classifica como construcionismo moderado, passando por construcionistas radicais e pós-estruturalistas, que parecem ter uma adesão ainda incipiente e concentrada em áreas específicas das Ciências Humanas.

19 Tal parcialidade fica evidente ao olharmos os resultados das pesquisas realizadas por Jane Russo e seus colaboradores (2011) e por Fabíola Rohden (2012). A leitura de ambos indica conexões em relação à indústria farmacêutica, por exemplo.

## Referências bibliográficas

AQUINO, Estela Maria Leão de. Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, n. 40 (edição Especial), p. 121-32, 2006.

AQUINO, Estela Maria Leão de *et al.* Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva: uma proposta de formação interdisciplinar em pesquisa. In: BARBOSA, R. M. *et al.* *Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2002, p. 9-21.

AZEREDO, Sandra, STOLCKE, Verena (coord.). *Direitos reprodutivos*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1991.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 26, p. 329-376, 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Programa Nacional de Direitos Humanos II*. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

BRASIL. Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Ministério da Justiça, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: SPM, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: SPM, 2008.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais)*. Brasília: SEDH/PR, 2009.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: SEDH/PR, 2010.

BUTLER, Judith. Against proper objects. In: WEED E.; SCHOR, N. (org). *Feminism meets queer theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1997.

BUTLER, Judith. Fundamentos continentais: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Revista Bagoas**, Natal, n. 5, p. 131-147, 2010.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 28, p. 65-100, 2007.

CITELI, Maria Teresa. *A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002): revisão crítica*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 16, p. 13-29, 2001.

DANILIAUSKAS, Marcelo. Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do programa *Brasil Sem Homofobia*. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Educação – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

EPSTEIN, Steven. Gay politics, ethnic identity: the limits of social constructionism. In: NARDI, P. M.; SCHNEIDER, B. E. (ed.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. New York: Routledge, 1998. p. 134-159.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. Revista **Bagoas**, Natal, n. 4, p. 131-158, 2009.

FACCHINI, Regina. Conexões, processos políticos e movimentos sociais: uma reflexão teórico-metodológica a partir do movimento LGBT. Revista **Advir**, Rio de Janeiro, n. 28, 2012.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 54-81, 2009.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. Revista de **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 12 (1), p. 47-71, 2004.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 17/18, p. 09-79, 2002.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010). 2011. Tese de Doutorado em Ciências Humanas – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FRANÇA, Isadora Lins. *Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FRANÇA, Isadora Lins. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre. n. 28, p. 289-311, 2007.

FRANÇA, Isadora Lins. Sexualidade e política: uma abordagem a partir do mercado e do consumo. Revista **Bagoas**. Natal, n. 7, 2012.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. in: FRY, Peter. *Para Inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 87-115, 1982.

GAGNON, John. *Uma interpretação do desejo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero, sexualidade e reprodução: A constituição dos estudos sobre gênero, sexualidade e reprodução no Brasil. In: MARTINS, C. B.; DUARTE, L. F. D. *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 22, p. 201-246, 2004.

LEZNOFF, Maurice; WESTLEY, William A. The homosexual community. In: NARDI, P. M.; SCHNEIDER, B. E. (ed.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. New York: Routledge, 1998. p. 5-11.

LOPES, Maria Margaret; PISCITELLI, Adriana. Revistas científicas e a constituição do campo de estudos de gênero: um olhar desde as “margens”. Revista **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 115-122, 2004.

MACKINNON, Catherine. Marxism, feminism and the State: toward feminist jurisprudence. **Signs**, vol. 7, nº 5, 1982, p.515-544.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campina-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

McINTOSH, Mary. The homosexual role. In: NARDI, P. M.; SCHNEIDER, B. E. (Ed.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. New York: Routledge, 1998. p. 68-76.

MELLO, Luiz; BRAZ, Camilo; FREITAS, Fatima Regina A.; AVELAR, Rezende B. Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas. **Sociedade e Cultura**, v. 15, p. 151-161, 2012a.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, v. 39, p. 403-429, 2012b.

MOORE, Henrietta. *Antropología y feminismo*. Madri: Cátedra, 1996.

MOTT, Luiz (ed). **Boletim do Grupo Gay da Bahia** (1981-2005). Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011.

MOUTINHO, Laura; CARRARA, Sérgio; AGUIÃO, Silvia (orgs.) *Sexualidade e comportamento sexual no Brasil: dados e pesquisas*. Rio de Janeiro: CEPESC-UERJ, 2005.

NEWTON, Esther. *Mother Camp: Female impersonators in America*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

PISCITELLI, Adriana. Prefácio. In: DIÁZ-BENITEZ, M. E.; FIGARI, C. *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

PISCITELLI, Adriana *et al.* Apresentação. In: A. PISCITELLI; M.F. GREGORI & S. CARRARA (org.), *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 9-35, 2004.

RAMOS, Sílvia. Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: GROSSI, Mirian P. *et al.* *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 31-44.

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. **Signs**, Chicago, v. 5, n. 4, p. 631-660, 1980.

ROHDEN, Fabíola. Notas para uma antropologia a partir da produção do conhecimento, os usos das ciências, intervenções e articulações heterogêneas. In: FONSECA, C.; ROHDEN, F.; MACHADO, P. S. *Ciências na vida: antropologia de ciência em perspectiva*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, p. 49-57.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, Carole (ed.). *Pleasure and Danger: exploring female sexuality*. New York: Routledge, 1984. p. 267-319...

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex. In: R. RAITER, *Toward anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975.

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. Tráfico sexual – entrevista. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 21, p. 157-209, 2003.

RUSSO, Jane. *et al. Sexualidade, ciência e profissão no Brasil*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2011.

SCAVONE, Lucila. Ciência e militância: os estudos de gênero no Brasil. In: XXV Encontro Anual da ANPOCS, 2011. Caxambu, **35º Encontro Anual da ANPOCS/Textos completos**, 2011.

SILVA FILHO, Milton Ribeiro da. Na rua, na praça, na boate: uma etnografia da sociabilidade LGBT no circuito GLS de Belém-PA. 2012. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, Cecília de Mello e. Dos estudos populacionais à saúde reprodutiva. In: N. BROOKE; M. WITOSHYNSKY (org). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp. p. 131-164.

VANCE, Carole (ed.). *Pleasure and Danger: exploring female sexuality*. New York: Routledge, 1984.

VANCE, Carole. A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis**: revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-31, 1995.

VANCE, Carole. Social construction theory: problems in the history of sexuality. In: ALTMAN, D. *et al. Homosexuality, which homosexuality?* London: GMP Publishers, 1989. p. 13-34.

WEEKS, Jeffrey. *Coming out: homosexual politics in Britain, from the nineteenth century to the present*. London: Quartet Books, 1977.

WEEKS, Jeffrey. *Sex, politics and society: the regulation of sexuality since 1800*. London: Longman, 1981.

WEEKS, Jeffrey. *Sexuality and its discontents: meanings, myths and modern sexualities*. London: Routledge and Kegan Paul, 1985. p. 211-245.

WITTIG, Monique. One is not born a woman. In: ABELOVE, H.; BARALE, M. A.; HALPERIN, D. M. (Ed.). *The Lesbian and Gay Studies Reader*. New York: Routledge, 1993. p. 103-109.

**Resumo**

Este artigo procura situar atores e eventos que permeiam a trajetória recente dos estudos relacionados à sexualidade no Brasil, de modo atento às suas conexões com os estudos sobre mulheres, gênero e feminismos. Para isso, situa relações com processos políticos e sociais mais abrangentes envolvendo a sexualidade, especialmente no que concerne às dinâmicas relacionadas ao movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e às políticas a ele direcionadas, assim como com a agenda política estabelecida em fóruns internacionais, como as Conferências das Nações Unidas. Por fim, apresenta um mapeamento nacional de grupos de pesquisa cujos estudos tematizam mulheres, gênero e sexualidade.

**Palavras-chave:** movimento LGBT; estudos de sexualidade; estudos sobre mulheres, gênero e feminismos; políticas públicas – LGBT; história da ciência.

**Abstract**

This article seeks to situate actors and events that permeate the recent trajectory of the studies related to sexuality in Brazil, paying attention to their connection with women, gender and feminisms studies. Considering this, situates relations with broader political and social processes involving sexuality. Special concerning is dedicated to dynamics related to the LGBT movement (Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender) and to policies directed at them, as well as political agenda established in international forums, like the United Nations Conferences. Finally, it presents a national mapping of research groups which focus on women, gender and sexuality.

**Keywords:** LGBT movement; sexuality studies; women, gender and feminisms studies; LGBT public policies; history of science.

Recebido para publicação em janeiro/2013.

Aceito em abril/2013.